

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.607.858 - PA (2016/0159494-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : RUY MARTINI SANTOS  
**ADVOGADOS** : JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO - DF005137  
SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO E OUTRO(S) - PA001044  
**EMBARGADO** : LF FINANCE INTERNACIONAL INC  
**EMBARGADO** : SOCILAR CRÉDITO IMOBILIÁRIO SA EM LIQUIDAÇÃO  
**ADVOGADOS** : REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA E OUTRO(S) - PA001746  
NELSON RIBEIRO DE MAGALHÃES E SOUZA E OUTRO(S) -  
PA003560  
SÉRGIO COELHO E SILVA PEREIRA E OUTRO(S) - RJ075789  
RODRIGO MARRA - DF020399  
MÁRCIA HELENA DE OLIVEIRA ALVES SERIQUE E OUTRO(S) -  
PA007016

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência opostos por RUY MARTINI SANTOS contra acórdão da colenda **Terceira Turma**, da lavra do em. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE** assim ementado:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO INTERPOSTA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PREPARO RECURSAL. MOMENTO DA COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO, SOB PENA DE PRECLUSÃO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*1. Na linha de sedimentada jurisprudência desta Corte, relativamente aos recursos interpostos na vigência do Código de Processo Civil de 1973, a demonstração da realização do preparo deve ocorrer no ato da interposição do recurso, não sendo admitida comprovação em momento posterior, nem mesmo quando o recolhimento houver sido realizado dentro do prazo recursal, pois já operada a preclusão.*

*2. Agravo interno improvido" (na fl. 374).*

O embargante alega que o acórdão impugnado, ao julgar que *"a demonstração da realização do preparo deve ocorrer no ato da interposição do recurso, não sendo admitida comprovação em momento posterior, nem mesmo quando o recolhimento houver sido realizado dentro do prazo recursal"*, diverge do entendimento da eg. Quarta Turma que, *"no julgamento do AgInt no AResp nº 1013334/RJ, firmou-se o*

*entendimento de que a juntada posterior de comprovantes de recolhimento do preparo tempestivamente feito não é capaz de ensejar a aplicação da pena de deserção" (na fl. 389).*

O acórdão assinalado como paradigma, encontra-se assim ementado:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. CUSTAS. COMPROVAÇÃO TARDIA. DESERÇÃO NÃO CONFIGURADA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

1. "A juntada posterior de comprovantes de recolhimento do preparo tempestivamente feito não é capaz de ensejar a aplicação da pena de deserção" (AgRg no AgRg no AREsp 750.703/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 26/04/2016)

2. A má-fé não pode ser presumida, sendo necessária a comprovação do dolo da parte, ou seja, da intenção de obstrução do trâmite regular do processo, nos termos do art. 17, VI, do Código de Processo Civil de 1973, o que não ocorre na presente hipótese.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1013334/RJ, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018)

Requer o provimento dos embargos de divergência para fazer prevalecer o entendimento exposto nos arestos paradigmas.

É o relatório.

Passo a decidir.

Os embargos são manifestamente inadmissíveis.

Com efeito, incide ao caso a Súmula 168/STJ, enunciando que "*não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no o mesmo sentido do acórdão embargado*". Destaque-se, nesse passo, que precedente isolado não se presta ao papel de paradigma da divergência.

Nesse passo destaque-se que é pacífico entendimento desta Corte afirmando que a demonstração da realização do preparo deve ocorrer no ato da interposição do recurso, não se afigurando possível comprovação ou regularização posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal.

Confiram-se, a título de exemplo:

*AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA PELA CORTE LOCAL. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR À INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. DESERÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça possui tese consolidada, na Corte Especial e nas Seções Especializadas, no sentido de que a comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil de 1973, sob pena de preclusão, não se afigurando possível comprovação ou regularização posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal.*

*2. A análise da questão do preparo da apelação interposta no Tribunal de origem remete à análise de legislação local, qual seja, o Provimento da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo 33/2013, o que atrai a incidência da Súmula 280 do STF e impede o conhecimento do apelo extremo.*

*3. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no REsp 1727664/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 15/05/2019)**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. DESERÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREPARO OU DO DEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA, NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. AUSÊNCIA. SÚMULA 187/STJ.*

*PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Na sessão realizada em 09/03/2016, em homenagem ao princípio tempus regit actum - inerente aos comandos processuais -, o Plenário do STJ sedimentou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência exata dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Tal compreensão restou sumariada no Enunciado Administrativo 2/2016 ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"). No caso, o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado em 10/09/2015, devendo, portanto, à luz do CPC/73, ser analisados os requisitos de sua admissibilidade.*

*II. Diante da exegese do art. 511, caput, do CPC/73, esta Corte firmou o entendimento no sentido de que "a comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil - CPC, sob pena de preclusão, não se afigurando possível a comprovação posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal" (STJ, REsp 655.418/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJU de 30/05/2005). De igual modo, "a jurisprudência desta Corte, firmada na vigência do CPC/73, possuía entendimento segundo o qual o recorrente deveria demonstrar, no ato de interposição do recurso, a concessão do benefício da gratuidade de justiça, pela instância de origem, sob pena de deserção" (STJ, AgInt no AREsp 1.104.869/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 01/10/2018).*

*III. No caso, a deserção foi declarada, porquanto o Recurso Especial não foi instruído com a guia de custas e o respectivo comprovante de pagamento, alegando a parte recorrente ser beneficiária da assistência judiciária. Contudo, "a mera alegação, na petição recursal, de que é beneficiária da assistência judiciária não é suficiente para o afastamento da deserção, ou seja, deve haver a comprovação dessa condição" (STJ, AgInt no REsp 1.759.835/SP, Rel.*

*Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/05/2019). Em igual sentido: STJ, AgInt no AREsp 861.950/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 27/06/2016. Por outro lado, esta Corte entende que "o fato de a parte ser assistida pela Defensoria Pública não configura a concessão automática do benefício da gratuidade de justiça, devendo ser observadas as condições previstas em lei para a sua obtenção. Precedentes" (STJ, AgInt no AREsp 1.028.511/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/02/2018).*

*IV. Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AREsp 1437282/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/06/2019)*

Ante o exposto, com fulcro no art. 266-C, do RISTJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator